



A PRESENÇA DAS MULHERES NOS MICROS E PEQUENOS NEGÓCIOS NO BRASIL: BREVES NOTAS PARA REFLETIR SOBRE A SUA INCLUSÃO SOCIAL

Área Temática: Direitos Humanos, Relações de Gênero e Gestão de Pessoas

Rose Mary Gouveia Menchise

carlaappollinario@ig.com.br

Carla Appollinario de Castro

carlauffvr@gmail.com

Liziane Pinto Correia

lizi.lizianecorreia@gmail.com

Resumo: *O mundo nos micros e pequenos negócios têm uma presença expressiva das mulheres nos seus empreendimentos, sendo responsáveis por parte considerável do emprego da força de trabalho feminino. Contudo, esses empreendimentos estão marcados pelas desigualdades em relação ao porte quando se referem aos maiores projetos e acesso aos seus financiamentos. É nesse contexto que se insere o presente artigo, que pretende apresentar alguns aspectos relevantes acerca da presença das mulheres nos micros e pequenos negócios no cenário brasileiro nas últimas décadas. Para tanto, ele foi estruturado em quatro partes, que abordarão sua participação em quatro distintos segmentos de relações de produção, a saber: i) nas micros e pequenas empresas; ii) na agricultura familiar; iii) como microempreendedoras individuais; e, por fim, iv) na economia solidária. Utilizaremos como métodos de pesquisa a revisão de literatura, o levantamento de dados pertinente à temática pesquisada. Esperamos, dessa forma, contribuir para o debate acerca da participação da mulher no mercado de trabalho e nas políticas públicas de trabalho e renda, com repercussão direta sobre o seu padrão de inserção social e cidadania.*

Palavras-chave: *mulher; micros e pequenos negócios; Brasil.*

INTRODUÇÃO

Com o objetivo de discutir a presença da mulher nos micros e pequenos negócios, desenvolvidos no cenário brasileiro, destacamos quatro dimensões ou ambientes, que mais nos interessam no âmbito da presente reflexão, nos quais as atividades trabalho e/ou renda são realizadas com especial participação feminina, seja por sua maior participação efetiva (em termos percentuais), seja pelo fato de as mulheres serem as destinatárias da política pública (como ocorre, por exemplo, com o microempreendedorismo individual), sendo eles: *i*) nas micros e pequenas empresas; *ii*) na agricultura familiar; *iii*) como microempreendedoras individuais; e, por fim, *iv*) na economia solidária.

A fim de analisar os impactos da inserção nesses diversos segmentos de atividade produtiva, apresentaremos a seguir uma breve síntese das principais características da participação feminina para, ao final, contextualizamos esse ingresso em termos de inserção social e cidadania substantiva.

1. Nas micros e pequenas empresas - MPEs

Podemos observar diferenças bem nítidas entre a participação das mulheres como empreendedoras nas micros e pequenas (MPEs) que fica em torno de 21%, ao mesmo tempo em que o segmento masculino apresenta taxas de 79%, em média. A análise dos dados da tabela 1 revela que, entre os empregadores e trabalhadores, o segmento masculino predomina em todos os estratos da empresa.

Por sua vez, entre os “colarinhos brancos”¹, encontram-se as taxas mais expressivas de participação feminina, que, em 2009, superaram as masculinas, à exceção do estrato de empresas com 11 ou mais ocupados. Fato que se deve à

¹ Professores, comerciários e auxiliares administrativos. Chamados colarinhos brancos, devido a sua forma de vestir (camisas brancas sempre em serviço). Terminologia definida pela PNAD, IPEA e IBGE que englobam setores do chamado setor de serviços.



expressiva participação feminina em algumas ocupações mais representativas desse grupo ocupacional, como professores, comerciários e auxiliares administrativos.

FIGURA 1

PERFIL DE GÊNERO NAS MPES

**Perfil de gênero vigente nas MPES
(%)**

Número de ocupados e gênero	Empregadores		"Colarinhos-brancos"		Trabalhadores	
	2003	2009	2003	2009	2003	2009
11 ou + ocupados						
Masculino	78,8	75,3	55,6	54,2	76,7	76,6
Feminino	21,2	24,7	44,4	45,8	23,3	23,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
6 a 10 ocupados						
Masculino	74,1	72,4	52,1	46,8	75,3	73,3
Feminino	25,9	27,6	47,9	53,2	24,7	26,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
3 a 5 ocupados						
Masculino	72,6	72,7	48,1	42,6	78,5	76,4
Feminino	27,4	27,3	51,9	57,4	21,5	23,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1 a 2 ocupados						
Masculino	74,2	72,7	41,5	41,3	82,7	81,5
Feminino	25,8	27,3	58,5	58,7	17,3	18,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD/IBGE.

FONTE: (IPEA, 2012, p. 78).

Como pode ser facilmente extraído da Figura 1 (acima), a participação masculina é predominante, em quase todos os cenários, quando se analisa o ambiente dos micros e pequenos negócios, pouco importando a quantidade de trabalhadores (1 a 2 ocupados; 3 a 5 ocupados; 6 a 10 ocupados ou 11 ou mais ocupados, com exceção



apenas das atividades denominadas de “colarinhos brancos” já mencionadas, nas quais a participação das mulheres se destacou no período da pesquisa (2003-2009), de 1 a 10 ocupados.

2. Na agricultura familiar²

Na atividade da agricultura familiar segundo os dados da Pnad 2013 para o Brasil, a presença feminina é majoritária em duas das atividades características da produção familiar: 59,9% dos trabalhadores na produção para o próprio consumo³ e 55% dos não remunerados são mulheres⁴.

No entanto, entre os trabalhadores por conta própria⁵, outra posição normalmente associada à organização familiar da produção, apenas 12,8% são mulheres⁶. Essa distribuição diferenciada da ocupação feminina na agricultura familiar evidencia a predominância da família tradicional com chefia masculina no meio rural, situação que vem progressivamente mudando nas famílias urbanas e da sua correlação com a inserção laboral das mulheres nas atividades agrícolas.

² Agricultura familiar: Conta Própria, Não-remunerados e Próprio Consumo. O IBGE considera como estabelecimento da agricultura familiar “os que atendem aos critérios definidos pela Lei nº 11.326 de 2006, quais sejam: a área do estabelecimento rural não exceda quatro módulos fiscais; a mão de obra utilizada da própria família e dirigido pela família”. Entende-se por agricultura familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra predominante o núcleo familiar. (IBGE, 2003).

³ Trata-se da pessoa que trabalha, durante pelo menos uma hora da semana, na produção de bens do ramo da agropecuária, para a própria alimentação e de pelo menos um membro da unidade familiar. Fonte: IBGE, PNAD.

⁴ Os trabalhadores não-remunerados que trabalham na estrutura familiar da atividade dos Conta Própria. Fonte: IBGE, PNAD.

⁵ Trabalho por Conta Própria indica a organização familiar na produção agropecuária. Chefes de família que respondem por Conta Própria. Fonte: IBGE, PNAD.

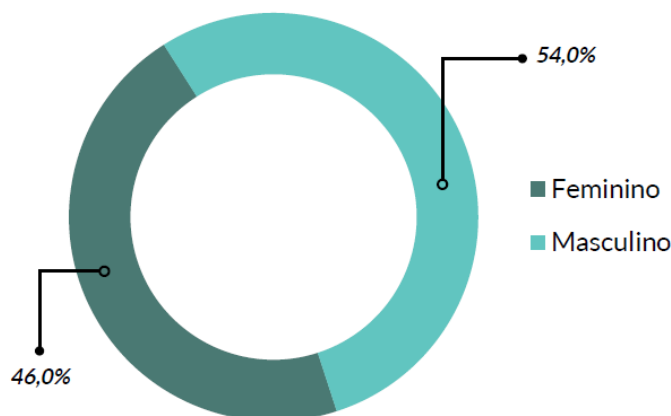
⁹ Predominância do grupo dos por “Conta Própria”: chefia masculina (2013). Fonte: IBGE, PNAD.

3. Microempendedoras individuais - MEIs⁷

As mulheres empreendedoras individuais representam quase a metade dos MEIs com 46%, e o sexo masculino de 54%⁸ (Figura 2). Sendo que esses empreendedores individuais têm condições muito mais precárias e com renda média inferior ao salário mínimo⁹, quando o recorte analisado se restringe às áreas de favelas do Rio de Janeiro.

FIGURA 2

Microempendedoras individuais por sexo



*31/03/2012. Fonte: Portal do Empreendedor.

Dentre o MEI feminino, 42% estão no comércio, 39% nos serviços e 18% na indústria. Já para o público masculino, os microempendedoras estão preponderantemente no comércio e serviços, mas em proporção menor que o público

⁷ O Microempendedor individual (MEI) foi introduzido no Brasil por meio da Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, editada durante o governo Lula e alterada durante o governo Dilma, pela Lei Complementar nº 139, de 10/11/2011, em vigor desde janeiro de 2012. Atualmente, podem adotar a forma MEI todos os profissionais das categorias permitidas que faturem até R\$60.000,00 (sessenta mil reais) por ano. A relação completa das atividades autorizadas a se formalizar como MEI pode ser visualizada no Portal do Empreendedor. Disponível em: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/modulos/entenda/quem.php>. Acesso em: 20/06/2016.

⁸ Sebrae – Portal do Empreendedor

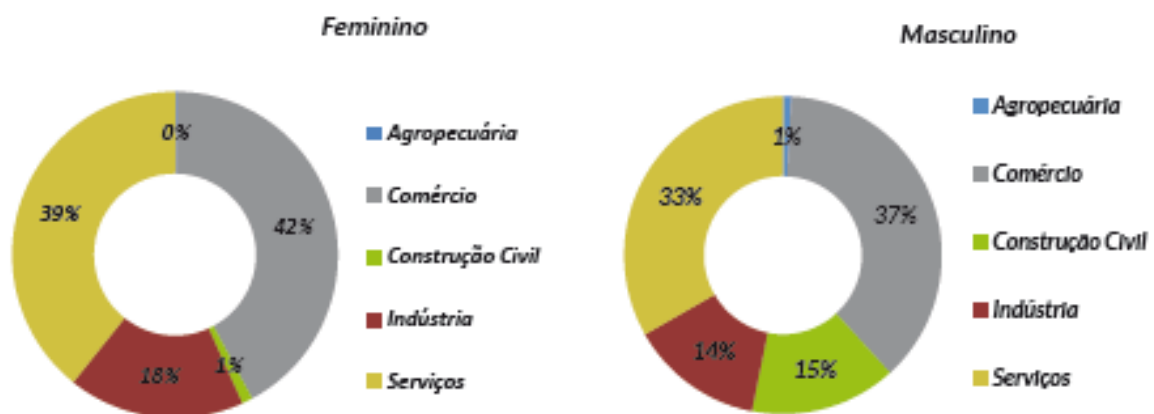
⁹ SEBRAE: Pesquisa dos empreendedores individuais nas favelas cariocas (2013).



feminino. A construção civil tem uma participação masculina bem maior que a feminina 15% ante 1%. (FIGURA 3).

FIGURA 3

Distribuição do MEI por gênero e setor – agosto/13



Fonte: Sebrae, elaborado a partir de dados da Receita Federal, 2013.

Uma análise mais detalhada do perfil dos microempreendedores brasileiros, separados por gênero e por região geográfica, pode ser obtida a partir da Tabela 1 a seguir, que sintetiza as principais informações dos MEIs, por Unidade da Federação (UF), em percentual (%):



TABELA 1
Total geral de microempreendedores individuais
Acumulado UF/Município por código CNAE, descrição CNAE e Sexo - Inscritos Total
(09/JULHO/2016 – Nº TOTAL DE MEI's = 6.057.127)

UF	HOMENS	%	MULHERES	%	TOTAL/UF
Rondônia (*)	22.215	55,42	17.870	44,58	40.085
Acre (*)	8.070	52,59	7.275	47,41	15.345
Amazonas (*)	30.465	54,15	25.794	45,85	56.259
Roraima (*)	5.747	52,60	5.178	47,40	10.925
Pará (*)	81.653	54,07	69.373	45,93	151.026
Amapá (*)	6.791	52,86	6.056	47,14	12.847
Tocantins (*)	26.778	57,12	20.101	42,88	46.879
Maranhão (*)	42.238	50,98	40.616	49,02	82.854
Piauí (*)	27.023	50,95	26.012	49,05	53.035
Ceará (**)	98.133	49,30	100.900	50,70	199.033
Rio Grande do Norte (*)	42.807	52,94	38.060	47,06	80.867
Paraíba (*)	45.777	54,12	38.813	45,88	84.590
Pernambuco (*)	107.011	53,69	92.293	46,31	199.304
Alagoas (**)	33.524	49,06	34.812	50,94	68.336
Sergipe (*)	19.795	50,90	19.095	49,10	38.890
Bahia (*)	192.075	52,55	173.422	47,45	365.497
Minas Gerais (*)	352.652	52,97	313.079	47,03	665.731
Espírito Santo (*)	79.816	50,35	78.711	49,65	158.527
Rio de Janeiro (*)	368.674	50,02	368.391	49,98	737.065
São Paulo (*)	813.309	52,54	734.738	47,46	1.548.047
Paraná (*)	185.144	54,36	155.418	45,64	340.562
Santa Catarina (*)	116.035	53,75	99.862	46,25	215.897
Rio Grande do Sul (*)	186.146	52,94	165.492	47,06	351.638
Mato Grosso do Sul (*)	47.078	53,58	40.779	46,42	87.857
Mato Grosso (*)	60.481	53,98	51.555	46,02	112.036
Goiás (*)	121.678	55,17	98.859	44,83	220.537
Distrito Federal (*)	57.956	51,08	55.502	48,92	113.458
TOTAL BRASIL	3.179.071	52,48	2.878.056	47,52	6.057.127

FONTE: Elaboração própria, a partir do Portal do Empreendedor (*Total de Empresas Optantes no SIMEL, da Unidade Federativa AC, por Código CNAE, descrição CNAE e Sexo*). [Consultado em 09 de julho de 2016].

NOTAS:

(*) Empreendedorismo predominantemente masculino.

(**) Empreendedorismo predominantemente feminino.

Como vimos na tabela acima, no atual contexto, as mulheres representam a minoria (47,52%) quando comparadas ao total das estatísticas referentes aos microempreendedores individuais, com exceção, apenas, dos estados do Ceará e do Espírito Santo, nas regiões Nordeste e Sudeste, respectivamente. Contudo, devemos ressaltar que elas se configuram como o principal público alvo desta política.



O conjunto de características comportamentais que, normalmente, é atribuído às mulheres, no âmbito do discurso empreendedor, é bastante “ênfatizado”, como é possível perceber no trecho abaixo, extraído do discurso da presidente afastada Dilma Rousseff, proferido na cerimônia de lançamento do programa “Mulher: Viver Sem Violência”:

“Queria também dizer para vocês que nós apostamos muito no microempreendedorismo. **As mulheres são, se você fizer uma conta do pequeno e do microempreendedor, a grande maioria vai ser mulher. Mulher, nós sabemos, é um ser muito criativo, um ser com capacidade de resistir.** Por isso, o governo tem uma ênfase especial nessa questão do microcrédito, da capacitação profissional, da produção de alimentos, da agroindústria na agricultura familiar e também nas empresas, nas pequenas empresas, nos pequenos empreendimentos. Nós sabemos, por exemplo, que na área da agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos, ele permitiu um crescimento da participação das mulheres nos últimos tempos de 24% para 34%. Mais de 113 mil mulheres foram beneficiadas com assistência técnica e extensão rural” (Palácio do Planalto, Dilma Rousseff, 13 de março de 2013, grifos nossos).

Nesse sentido, o perfil socioeconômico dos microempreendedores individuais brasileiros e sua relação com os diferentes papéis sociais de homens e mulheres, isto é, com as conexões entre o paradigma empreendedor e as questões de gênero, são dois aspectos que igualmente merecem destaque dada sua importância no mundo social. Dessa forma, embora o microempreendedorismo, no Brasil, tenha as mulheres como público alvo prioritário, como ele acaba sendo a única alternativa ao desemprego, tem sido responsável por absorver o excedente de mão-de-obra masculina, majoritária no desemprego neoliberal.

É interessante notar que o novo contexto é bem distinto daquele no qual foi desenvolvido o empreendedorismo do tipo *schumpeteriano*. As principais transformações sociais e econômicas, que marcam de forma significativa o atual estágio do capitalismo que o diferenciam de todas as suas etapas anteriores, foram bem sintetizadas pela Rosângela Nair de Carvalho Barbosa, uma vez que:

A estrutura transnacional do capital, a interdependência dos mercados, os grandes conglomerados empresariais e a desregulamentação social são, hoje, forças pujantes do sistema capitalista, que constroem iniciativas individuais desse porte. Todavia, a inovação aparece como um elemento essencial para a sustentabilidade e a competitividade no mercado, sobretudo nesse universo de maior incorporação tecnológica nos processos produtivos. Por outro lado, a

estrutura produtiva foi flexibilizada ao quebrar com a fixidez de contratos, relações comerciais, relações trabalhistas e de organização produtiva, o que exige estruturas empresariais aderentes às necessidades mais voláteis, bem como padrões de gerenciamento impulsionadores do interesse do trabalhador em se manter com ocupação. Aqui, então, o empreendedorismo passa a compor a base da nova cultura do trabalho desvinculada do assalariamento e individualista (BARBOSA, 2007, p 84-85).

A mesma autora, ainda, corrobora no debate, ao destacar que:

A retomada do empreendedorismo na cultura restauracionista dos tempos que correm o reatualiza e o insere nas necessidades essenciais do processo de acumulação e de dominação social. No momento em que se declara maior liberalização do mercado e menor atenção pública à proteção social, assume importância a argumentação *schumpeteriana*. Não se trata de uma volta às origens puras, como quer dar sentido a racionalidade neoliberal (BARBOSA, 2007, p 84-85).

Entendemos, pois, que a retomada do empreendedorismo no contexto neoliberal simultaneamente ao desassalariamento sem precedentes da classe trabalhadora só pode ser compreendido se assumirmos, como pressuposto, a ideia de que ele consiste em uma figura importante da ideologia no mundo contemporâneo. Por isso, ao propormos a análise da razão empreendedora enquanto ideologia, estamos trabalhando com o sentido crítico e negativo deste termo e não com o seu sentido neutro e descritivo (“visão de mundo”).

Portanto, buscamos enfatizar o seu lado mais perverso, qual seja, a imposição de um conjunto de ideias, valores e comportamentos, formulado a partir dos interesses de um grupo social relevante, claramente direcionado para a manutenção de relações de dominação/exploração. Por este motivo, não apenas o discurso empreendedor merece destaque, mas igual ênfase deve ser direcionada às novas relações sociais e econômicas que caracterizam o capitalismo contemporâneo, e que sustentam a nova ideologia do empreendedorismo. É preciso, pois, compreender o fenômeno em sua totalidade e, sobretudo a partir dos “fios (in)visíveis” (Tavares, 2002) que mantêm o trabalho informal e, conseqüentemente, o discurso empreendedor conectados à produção

capitalista, a fim de desnudar as raízes propriamente econômicas e sociais que garantem seu sucesso e credibilidade.

Tal argumento auxilia na compreensão da nova figura jurídica do “microempreendedor individual”, que teria por finalidade a inclusão, na lógica econômica atualmente hegemônica, da parcela das classes trabalhadoras em condição flutuante na esfera social. Esta ótica revela ainda o quanto esta inclusão se reduz, neste aspecto, à dimensão estritamente econômica, sem objetivar, contudo, uma inclusão mais ampla, de caráter social e coletivo.

4. Na economia solidária

O Sistema de Informações da Economia Solidária¹⁰ (Sies) mapeou 19.708 (FIGURA 4) estabelecimentos de economia solidária entre os anos de 2009 e 2013 em todo o Brasil. O maior número de empreendimentos da economia solidária, no mapeamento como um todo, estava no Nordeste. Do total (19.708), 40,8% se encontravam nessa região.

Do total de sócios na economia solidária, mais de 70,0% (1.023.988)¹¹ se encontravam em empreendimentos formais. Os números indicam que esse resultado tem relação com a presença predominante desses sócios em empreendimentos que declaravam que seus trabalhadores são ou eram agricultores familiares.

Nesse contexto, pode-se dizer que a Economia Solidária é também parte da forma como o desenvolvimento socioeconômico brasileiro ocorreu, dando origem, entre outros aspectos, a uma estrutura, e também ocupacional, bastante heterogênea. Uma das marcas predominantes dessa heterogeneidade é observada por meio de presença de número elevado de unidades produtivas¹²

¹⁰ MTPS – Ministério do Trabalho e Previdência Social - SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

¹¹Dados : Informalidade na Economia Solidária, 2015.

¹²idem

Embora as formas de organização cooperativas tenham surgido e se desenvolvido ao longo do século XIX, em uma fase que compreendia uma intensa luta contra as formas de precarização da vida e do trabalho no capitalismo liberal (Singer, 2002), no Brasil, a Economia Solidária, envolvendo um conjunto de empreendimentos organizados de forma associativa e cooperativa por iniciativa dos trabalhadores, passa a ganhar força e a aparecer como tal no final do século XX, diante da crise do modo de produção fordista, da reestruturação produtiva das empresas capitalistas e da perda de protagonismo do Estado na organização da sociedade, que resulta de um novo momento de precarização da vida e do trabalho.

FIGURA 4

Número de empreendimentos econômicos solidários segundo condição de formalização
Brasil e Grandes Regiões, 2009 a 2013

Região	Unidade da Federação	Formal	Informal	Total
Norte	Acre	239	102	341
	Amapá	106	222	328
	Amazonas	76	302	378
	Pará	620	738	1.358
	Rondônia	182	56	238
	Roraima	41	39	80
	Tocantins	247	157	404
	Total	1.511	1.616	3.127
Nordeste	Alagoas	114	209	323
	Bahia	516	936	1.452
	Ceará	1.083	366	1.449
	Maranhão	614	224	838
	Paraíba	214	202	416
	Pernambuco	916	587	1.503
	Piauí	416	384	800
	Rio Grande do Norte	763	395	1.158
	Sergipe	44	57	101
	Total	4.680	3.360	8.040
Sudeste	Espírito Santo	367	205	572
	Minas Gerais	395	793	1.188
	Rio de Janeiro	59	242	301
	São Paulo	334	833	1.167
	Total	1.155	2.073	3.228
Sul	Paraná	290	542	832
	Rio Grande do Sul	583	1.113	1.696
	Santa Catarina	488	276	764
	Total	1.361	1.931	3.292
Centro-Oeste	Distrito Federal	75	171	246
	Goiás	555	288	843
	Mato Grosso	359	279	638
	Mato Grosso do Sul	79	215	294
	Total	1.068	953	2.021
Brasil		9.775	9.933	19.708

Fonte: MTPS/Senaes/Sies
Elaboração: DIEESE

(FONTE: DIEESE, nov/2015, p. 63).



Quanto ao sexo dos sócios, verifica-se que entre os empreendimentos formais há o predomínio de trabalhadores do sexo masculino, compondo-se 59,0% do total, ao mesmo tempo em que número de trabalhadores do sexo feminino nos empreendimentos informais é pouco superior ao dos homens, 50,2% contra 49,8%, respectivamente. Na região Sul do país, o número de sócios do sexo masculino em empreendimentos formais chegava a 68,5% enquanto os informais era de 54,6%. A região Sudeste foi aquela onde a proporção de mulheres em empreendimentos informais registrou a maior participação de 57,9% (FIGURA 5).

FIGURA 5

Distribuição percentual dos sócios da economia solidária por sexo segundo condição de formalização do empreendimento
Brasil e Grandes Regiões – 2009 a 2013

Brasil e Grandes Regiões	Formais			Informais		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Norte	55,5	44,5	100,0	51,3	48,7	100,0
Nordeste	53,7	46,3	100,0	50,1	49,9	100,0
Sudeste	56,9	43,1	100,0	42,1	57,9	100,0
Sul	68,5	31,5	100,0	54,6	45,4	100,0
Centro-Oeste	57,4	42,6	100,0	46,2	53,8	100,0
Brasil	59,0	41,0	100,0	49,8	50,2	100,0

Fonte: MTPS/Senaes/Sies
Elaboração: DIEESE

(FONTE: DIEESE, nov/2015, p. 63).

Considerações Finais

O conjunto de indicadores analisados no estudo das mulheres empreendedoras nos pequenos e médios negócios evidencia a existência de desigualdades entre homens e mulheres nos empreendimentos. Mesmo crescente, a parcela de mulheres que se dispõe a disputar os pequenos e médios negócios ainda é bem inferior à dos homens, principalmente quando se refere os empreendimentos de maior porte financeiro.

Nas micro e pequenas empresas – MPEs, temos grandes diferenças de participação de gênero. Os homens predominam com 79%.

Já **no microempreendedor individual - MEI**, a diferença é muito pouca entre os gêneros. Esse empreendimento do microempreendedor individual se dá de forma precária e muitas vezes esses trabalhadores não conseguem uma ocupação no mercado de trabalho convivendo mais com a situação de desemprego e da informalidade. No Brasil os dados indicam que os trabalhadores por conta própria¹³, não formalizados, detêm 22 milhões no mercado de trabalho¹⁴. Os microempreendedores individuais registrados¹⁵ em 2013 eram de 3.341.407¹⁶. O total dos MEIs formalizados até a data de fechamento da presente pesquisa era de 6.057.127.

Na agricultura familiar, a presença feminina no setor do empreendedorismo é mais forte em funções historicamente atribuídas às mulheres e que guardam semelhança com as atividades que desempenham normalmente no cuidado da família e do domicílio. Por essa característica, a presença feminina é mais frequente no setor da produção familiar para o próprio consumo e os dos não-remunerados, enquanto que na denominação por conta própria na produção familiar, os chefes de família são homens com 87%.

Na economia solidária temos grande participação das mulheres. Nesses tipos de empreendimentos, 1,4 milhões de sócios se dedicava a realizar tarefas de troca, produção, comercialização, consumo, prestação de serviços e serviços financeiros. Em um universo de 1.475.698 total de sócios na economia solidária mais de 70% (1.023.988) se encontravam em empreendimentos formais. Segundo o caderno do Dieese, os números indicam que esse resultado tem relação com a presença predominante desses sócios (55,3%) em empreendimentos que declaravam que seus trabalhadores são ou eram agricultores familiares. A maior formalização em empreendimentos que declaravam que seus sócios são ou foram da agricultura familiar pode estar relacionada a um contexto em que o governo federal ampliou programas de financiamento para agricultura familiar.

¹³Trabalhadores por conta própria – denominação do IBGE, quando formalizados empreendedores individuais - MEI.

¹⁴IBGE (2012).

¹⁵Com CNPJ.

¹⁶ Sebrae a partir de dados da Receita Federal.



CONGRESSO NACIONAL DE
EXCELÊNCIA EM GESTÃO

ISSN 1984-9354



XII CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO
& III INOVARSE – RESPONSABILIDADE SOCIAL APLICADA.

29 e 30 de setembro de 2016.

Esse conjunto de indicadores revela a desigual inserção das mulheres nos pequenos negócios no mercado de trabalho no Brasil. Nem sempre conseguem ocupação e por isso convivem mais com a situação da informalidade. Além disso, a remuneração pelos empreendimentos realizados por mulheres sempre representam menores rendimentos do mercado em relação aos micros e pequenos negócios, razão pela qual o debate sobre suas condições de inserção social e cidadania substantiva permanece em aberto.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. **Capital social e empreendedorismo local**. Rio de Janeiro: UFRJ/RedeSist, 2002.

Barbosa, Rosângela Nair. de Carvalho. “Trabalho e economia solidária: crítica ao empreendedorismo como possibilidade histórica”. En: Francisco, E. M. V., Almeida, C. C. L. de (Comps.); **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas** (págs. 79-98). São Paulo: Cortez, 2007.

BOAVENTURA, Souza Santos (org). **Produzir Para Viver**. Os Caminhos da Produção Não Capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Avanços e desafios para as políticas públicas de economia solidária no governo federal 2003/2010**. Brasília, 2012. 8 anos de economia solidária no governo federal.

BRASIL. Receita Federal do Brasil. Informações diversas. Disponíveis em: <https://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/estudos-e-tributarios-e-aduaneiros/trabalhos-academicos/trabalhos-academicos-pagina>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CASTRO, Carla Appollinario de. **Crítica à razão empreendedora; a função ideológica do empreendedorismo no capitalismo contemporâneo**. Tese de doutorado do PPGSD, UFF, 2013.

CASTRO, Patrícia; KRAYCHETE, Gabriel. **Economia popular solidária: indicadores para a sustentabilidade**. Porto Alegre: Tomo editorial, 2012. 152p.

DELGADO, Guilherme – **A Questão Agrária Hoje**. Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2014.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A informalidade e o movimento sindical: uma agenda para o século XXI**. Nota Técnica, n. 99. São Paulo, maio 2011.

_____. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: Dieese, 2012. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/livro/2012/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>. Acesso em: Nov. 2014.

_____. **Informalidade na Economia Solidária**. Cadernos de debates do observatório nacional da economia solidária e do cooperativismo. São Paulo, nov. 2015.

DIEESE/SEBRAE. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa: 2009.** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [responsável pela elaboração da pesquisa, dos textos, tabelas e figuras]. 3. ed. Brasília, DF: Dieese, 2010.

DIEESE/SISTEMA PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Informações diversas.** Disponíveis em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>. Acesso em: 2014.

DUQUE, Joaquim. **Las estratégias de sobrevivência de las unidades familiares del setor popular urbano.** Santiago do Chile: Proelce, 1973.

GAIGER, Luiz Inácio (coord.); et al. **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais.** São Leopoldo: Oikos, 2014, 160 p.

IBGE. **Economia informal urbana: 2003.** Brasília. 2003. Disponível em: <http://ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ecinf/2003/default.shtm> Acesso em: 13 de julho 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Micro e Pequenas Empresas – Mercado de Trabalho e Implicação para o Desenvolvimento – 2012.**

PALÁCIO DO PLANALTO. **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de lançamento do programa Mulher: Viver Sem Violência - Brasília/DF (Palácio do Planalto, 13 de março de 2013).** Recuperado de: <http://www2.planalto.gov.br/imprensa/discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-lancamento-do-programa-mulher-viver-sem-violencia>. Acesso em: 15/03/2013.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. **Total de Empresas Optantes no SIMEI, da Unidade Federativa AC, por Código CNAE, descrição CNAE e Sexo.** Recuperado de: <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/lista-dos-relatorios-estatisticos-do-mei>. Acesso em: 09/07/2016.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

Tavares, Maria Augusta. **Trabalho informal: os fios (in)visíveis da produção capitalista.** En: Revista Outubro, nº 7. São Paulo, 2002, págs. 49-60. Disponível em: <http://www2.fae.edu/galeria/getImage/1/361633460249798.pdf>. Acesso em: 03/05/2011.